

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

### TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: concepção de infância em formação continuada de professores

Sonia de Fátima Leal de ABREU (UEMS-Campo Grande)<sup>1\*</sup>

**RESUMO:** este artigo busca dar visibilidade à concepção de infância presente na Teoria Histórico-cultural em seu percurso de desenvolvimento humano. O objetivo da pesquisa é compreender como a infância é considerada na formação continuada de professores, partindo dos conhecimentos de desenvolvimento humano. A metodologia se fundamenta no referencial teórico-metodológico de Vygotsky (1935), Áries (1973), Mello (2017) e Marino Filho (2022). A pesquisa centra-se na bibliográfica, com levantamento de dados em artigos sobre a infância na Teoria Histórico-cultural e na legislação brasileira. Os resultados consideram a infância como uma condição do desenvolvimento humano, que revela o pertencimento da criança naquele meio em que ela habita, brinca, corre e vive com a liberdade de expressão por meio de aparatos lúdicos e da própria natureza. Uma infância histórica e cultural que cria a sua própria cultura. Na formação continuada de professores da infância é necessário ter claro essa concepção. Esta pesquisa, apontou a construção da linguagem, como veículo de desenvolvimento humano, tal como proposto pela Teoria Histórico-Cultural, para a qual a linguagem é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento cognitivo humano. O pensamento e a linguagem são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana. A formação continuada de professores encontra-se escassa na área da educação da infância com o foco na concepção de infância.

**Palavras-chave.** Infância; Humanização; Formação continuada.

#### 1 Introdução

O presente artigo tem por finalidade apresentar o conceito de criança e de infância sob a inspiração na Teoria Histórico-Cultural frente aos processos de formação continuada dos professores da infância. Para tratarmos sobre o conceito de infância na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, dividimos este artigo em três partes. Na primeira, a introdução. Na segunda, destacamos o conceito de infância e criança na formação humana, enfatizando o sentimento de infância, tanto os retrocessos como os avanços, segundo a visão de Stearns (2006) e Ariés (1978).

Na terceira, os conceitos de infância e criança que se encontram destacados nos documentos oficiais do Brasil: Constituição Federal (1988). Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996),

\*<sup>1</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL-CAMPO GRANDE. sonia.souza@uems.br

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e Base Nacional Comum Curricular (2017).

Na quarta e última, a formação continuada de professores com ênfase nos conceitos de infância contidos nos dispositivos legais do Brasil, bem como dos teóricos estudados neste texto.

É importante mencionar que este estudo se justifica principalmente para amparo teórico no meio educacional, quando professores e professoras da infância, fazem escolhas metodológicas de como trabalhar a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, e na educação infantil.

Diante dessa problemática, levanta-se o problema da pesquisa: como a teoria histórico-cultural concebe a infância? Como os documentos oficiais do Brasil concebe criança? Infância? Como esses conhecimentos chegam às escolas? Aos professores?

Sem querer esgotar o tema, devido a sua abrangência, nos limitamos em contribuir com as pessoas interessadas no tema, trazendo à tona, os conceitos de infância e de criança para iluminar as práticas pedagógicas, tornando-as mais humanizadas.

## 2. Conceitos de infância segundo uma retrospectiva histórica

A infância enfrentou, e ainda enfrenta, problemas referentes à fragilidade humana dessa fase da vida, e o estágio da preparação para a fase adulta, que se traduz num longo percurso para as famílias, tanto sobre os cuidados com a criança pequena, bem como, sua alimentação e os acompanhamentos necessários do adulto para com os bebês e as crianças, até a fase de independência.

A intenção é apontar que essa trajetória da infância carregou em seu seio grandes perdas e alguns ganhos. A trajetória histórica da infância há, em diferentes épocas e momentos, avanços e retrocessos, porém nem todas as crianças foram contempladas por ela e, ainda na atualidade, vivenciamos muitos fatores de mudanças que ainda não abrangem a todas as crianças (Masiero; Oliveira, 2019, p. 51)

Segundo Ariés, os sentimentos de infância na trajetória histórica,

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025



Na sociedade medieval o sentimento da infância não existia. Mas não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariés, 1978, p. 156).

O que o autor menciona sobre o sentimento de infância, é fortemente contraditório ao que se apresenta em outros estudos, tais como Stearns (2006), pois existia sim esse conhecimento consciente das necessidades infantis, porém mesmo tendo esse sentimento pelas crianças, elas eram severamente punidas com castigos violentos.

Em algumas sociedades do passado as crianças eram disciplinadas fisicamente com muito mais frequência do que nos dias de hoje no Ocidente. [...] Num contexto diferente, em que eram normais as punições e que não se achava que as crianças devessem ser privadas de dor, as reações poderiam ser distintas. Os adultos eram capazes de amar as crianças profundamente e puni-las (segundo padrões atuais) pesadamente (Stearns, 2006, p. 15).

Dessa forma, podemos pensar no conceito de infância por esse viés, apontando que as principais mudanças e transformações em relação ao tratamento com a infância nos diversos setores da sociedade foram históricas, sociais e culturais.

### 2.1. Conceitos de infância segundo Teoria Histórico-cultural

Os estudos sobre a infância na Teoria Histórico-cultural potencializado por Vygotsky, principal precursor, considera que a infância se origina desde o nascimento e transita pela adolescência até chegar à vida adulta. A teoria Histórico-cultural não define uma idade específica nem tampouco deixa evidente o conceito de infância. Porém, há estudiosos da teoria que chegam a um entendimento sobre esse conceito.

Vygotsky (2001) detalha a análise das especificidades do pensamento da criança e de sua expressão, apontando evidências entre a diferença do modo de

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

pensar e de se expressar entre adultos e crianças, especialmente na fase inicial da vida, é de ordem qualitativa.

A diferença entre infância e adultos é marcante na abordagem de Vygotsky, a partir dessa percepção observa-se que a infância possui a sua especificidade em resolver problemas. Diante disso, a criança por sua natureza, é insuficiente para viver a vida em sociedade conforme vive o adulto.

Durante muitos anos a criança permanece desajustada à existência independente, e esse desajuste, esse desconforto da infância, é a raiz de seu desenvolvimento. A infância é o período de insuficiência e compensação por excelência, isto é, da conquista de uma posição em relação ao todo social. (Vygotsky, 2001, p. 130).

Essa luta dramática que a criança enfrenta para ocupar um lugar nas relações adultas da sociedade apresenta um desconforto nessa trajetória de desenvolvimento, é a partir desse desajuste que inicia a raiz do desenvolvimento. Segundo o autor abaixo, a infância.

O estudioso Marino Filho (2022) discute a infância, conforme adverte Vygotsky, a partir da insuficiência diante da vida adulta.

Isso nos permite considerar toda a infância como a idade da insegurança, da insuficiência, e todo o desenvolvimento como voltado para a superação deste estado por meio de compensação. Assim, também o ponto final do desenvolvimento é a conquista de uma posição social. (Vygotsky, 2001, p.108).

As funções mentais superiores se dão do plano interpsicológico para o intrapsicológico, isto é, essas funções ocorrem primeiro na interação com os outros para, posteriormente, serem internalizadas pelo sujeito.

A concepção de criança capaz de se relacionar com a cultura e com a natureza, capaz de interpretá-las e de aprender, atribuindo ao que aprende um sentido pessoal – que não precisa ser certo do ponto de vista do conhecimento científico, [...] uma vez que para isso, a criança terá ainda muito tempo para aprender – é chave nesse processo. (Mello; Farias, 2010, p. 64).

De acordo com as autoras, a criança é um ser com capacidades de se interagir com a cultura e a natureza que a rodeia, aprendendo e criando imaginação a partir do seu ponto de vista. Verifica-se que o conceito de infância na teoria

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

histórico-cultural pode se enquadrar também como uma etapa da vida da criança que se desenvolve por meio das relações humanas tendo como mediação a cultura. A recomendação de Vygotsky nos mostra que a criança é um ser social e o que determina sua existência são as condições histórico-culturais e sociais tendo como base a humanização entre as pessoas.

O Homem é um ser social e as condições socioculturais o transformam profundamente desenvolvendo uma série de novas formas e procedimentos no seu comportamento. Um estudo atento desta particularidade constitui a tarefa científica da psicologia (Vygotsky, 2001, p. 225).

Mediante a busca pelo conceito de infância na teoria em estudo, procuramos subsidiar nosso conceito de infância com a proposição do estudioso Marino Filho (2022, s.p):

É um momento do desenvolvimento social da criança que se diferencia do desenvolvimento social do adulto pelos processos de sucessivas transformações das formas de generalização do pensamento e formação da personalidade. A diversidade das transformações ocorre em função da mudança dos meios e instrumentos da generalização, isto é, os meios pelos quais a criança estabelece vínculos entre a diversidade de objetos e relações da realidade pelo pensamento. Ocorre, por isso, uma constante luta da criança para encontrar o seu lugar na sociedade dos homens marcado pelo sentido pessoal das suas relações culturais. Assim, a formação da personalidade autoconsciente, que comprehende a si e aos outros como seres sociais e domina os meios das suas relações, marca o final da infância e a passagem para a vida adulta.

Assim, Marino Filho (2022) reforça que o ponto norteador do desenvolvimento da criança é a generalização como um instrumento de análise da realidade que existe. A busca por esse conceito de infância orienta o nosso processo de análise.

Para complementar o aprofundamento sobre o assunto e descontinar os conceitos sobre a infância, recorremos ao pensamento da professora doutora Regina Aparecida Marques de Souza (2014), que nos diz que o desenvolvimento infantil precisa dessa essencialidade da prática social, da interação com outras pessoas para consolidar o seu desenvolvimento.

O trabalho com a linguagem constitui um eixo básico na educação da criança pequena, dada sua importância para a formação do sujeito para interação com as outras pessoas, para a orientação de suas

Realização:



Apoio:



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025



ações na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento [...] Pensamos e defendemos a infância como categoria social, como categoria de uma história humana marcada por um período na vida do ser humano (Souza, 2014, p. 257).

Assim, a autora trata a infância como um período da vida humana, pensada como uma categoria social e humana que precisa ser acompanhada por um adulto tanto na instituição educativa como na família.

### 3. Conceitos de infância e criança segundo a legislação brasileira

Para ampliarmos as discussões sobre a infância, recorremos aos documentos oficiais por meio da Constituição Federal (Brasil, 1988), Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil, 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (Brasil, 2010) em que a criança passou, teoricamente, a ser considerada e inserida na sociedade como pessoa cidadã de direitos que exerce sua cidadania na sociedade a qual está inserida.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade à convivência familiar e comunitária. [...] (Brasil, 1988, p. 42).

Considerando esse dispositivo da lei, a criança passa a ocupar o primeiro lugar na sociedade e admite essa criança como cidadão de direitos, assegurado pela lei, enfatizando a responsabilidade da família, do Estado, e da sociedade. Diante disso, o Estado que por longo tempo estava desobrigado a prestar serviços a essa faixa etária, passa a responsabilizar com uma nova concepção de educação, mais ampla e não restrita somente as demandas do trabalhador.

Na sequência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e define como criança o sujeito até os doze anos de idade.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e

Realização:

Apoio:



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

**"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"**

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 1990 s.p)

Com a legislação em vigor, a sociedade começa a ter um olhar mais aprofundado sobre os diretos das crianças e dos adolescentes, ainda longe de ser legitimado esse respeito às crianças em todos os sentidos, conforme expressos na lei. Em complementação às leis já em vigor, é promulgada A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Brasileira 9394/1996, que estabelece, nos Artigos. 29 e 30, os seguintes preceitos para a Educação Infantil como direitos da criança:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996, p. 48).

A LDB/1996 é a lei que rege a educação nacional, e destaca a educação infantil desenvolvida em creches, hoje chamados de centros de educação infantil, instituições de educação infantil destinados às crianças de zero a três anos de idade, portanto torna-se um direito da criança desde o nascimento frequentar um espaço de educação infantil.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (Brasil, 2017, s.p)

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Entretanto, torna-se obrigatório o oferecimento por parte dos estados e municípios em garantir essa inserção das crianças ser somente a partir dos 4 quatro anos de idade em diante, oferecidos nas pré-escolas e instituições educativas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil considera a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

As DCNEI/2010 são documentos que muito contribuíram na educação das crianças da primeiríssima e primeira infância, pois ela define criança, educação infantil e currículo. A Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017) aponta que a infância e a adolescência estão marcadas já nos anos iniciais e finais da educação básica.

Dessa forma, observa-se que a BNCC, delimita a fase da criança até os dez anos de idade, pois a seguir já temos os adolescentes que se enquadram dentro do período da segunda etapa do Ensino Fundamental. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010) determinaram que cabe à educação infantil garantir a promoção de condições de convivência entre crianças e entre crianças e adultos.

Diante dessas recomendações das legislações brasileiras sobre a infância, pode-se pensar em um movimento nas formações continuadas de professores da infância.

## 4. Formação Continuada de Professores da Infância

A formação continuada de professores da infância no Brasil vem se apresentando de forma escassa, conforme se verifica as políticas públicas destinadas à educação infantil. Vimos o proinfantil (2005) e depois o Leei que surgiu em 2014 entre um grupo de professores de Minas Gerais e logo foi extinto, retornando agora em 2023.

Realização:



Apoio:



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Mediante tamanha escassez de formação continuada específica para os professores que trabalham com a infância, mister se faz urgentemente um compromisso sobre as especificidades dessa primeira etapa da educação básica, bem como das outras crianças até onze ou doze anos.

É imprescindível que se trabalhe nessas formações, a concepção de criança, de infância em seu desenvolvimento humano, com o rigor de desenvolverem práticas pedagógicas humanizadas.

Na perspectiva histórico cultural, a aprendizagem deflagra e conduz o desenvolvimento. Isso envolve a formação dos professores e professoras da infância como intelectuais capazes de, ao compreender o papel essencial do processo educativo no processo de humanização, buscar compreender o processo de aprendizagem para organizar vivências na Educação Infantil que sejam intencionalmente provocadoras da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças pequenas. (Davidov, 1988. In: Mello, 2007, p 89)

Considerando a necessidade da humanização, o professor da infância precisa conhecer profundamente a concepção de infância e de criança. A partir de tais conhecimentos, pode-se escolher práticas significativas bem como experiências cotidianas com as crianças respeitando o ser humano em desenvolvimento que está transitando.

## Resultados e Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que a formação continuada de professores da infância em nível nacional encontra-se escassa, verifica-se nas leituras realizadas dos teóricos acima que a busca incessante de todos envolvidos na educação da infância é constante, porém, pouco se fez até o momento presente em prol da formação continuada especificamente para a educação infantil, portanto, emerge de urgência.

A inquietude em trabalhar nas formações continuadas de professores da infância é sobre um estudo aprofundado do que é infância. Respondendo aos questionamentos. A formação continuada de professores da Educação infantil encontra-se em débito com essa etapa da educação básica, já que são

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

pouquíssimas formações que se debruçam em construir uma concepção de infância, que respeite os direitos das crianças e que se humanizam nas relações.

### Referências

ARIÈS, Philippe. **Um historiador diletante**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996. Planalto, Brasília. DF 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação, 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** 1ed. Brasília: Camará dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990

DAVIDOV, V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Trad. de Marta Shuare. Moscú: Progreso, 1988. In: Mello, Suely Amaral. **Infância e humanização**: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 1, 57-82, jan./jun. 2007

MARINO FILHO, Armando. **Infância**: um conceito necessário para a pesquisa em Educação. PPGEDU-UFMS. GEPEA – Implicações da Teoria Histórico-Cultural para o Ensino e Aprendizagem. Seminário disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1w6muHivKZngeh2xtlkwMhilAdXRIqrGU/view>. 2022. Acessado em 10 de julho de 2025

MELLO, Suely Amaral. FARIAS, Maria Auxiliadora. **A escola como lugar da cultura mais elaborada**. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1

SOUZA, Regina Aparecida Marques de. **Entre Vidas e Marias... Maria das Dores**, José Aparecida ou Simplesmente “Vida Maria”: a apropriação da cultura escrita pela criança pequena. Cap. 14. XAVIER FILHA, Constantina Org. Sexualidades, gênero e infância no cinema. Ed. UFMS, Campo Grande. MS. 2014

STEARNS. Peter N. **A Infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas II: Problemas de psicología general**. 2 ed. Traducción de José María Bravo. Madrid: Visor, 2001